

# A inserção feminina no espaço de poder na Guiné-Bissau: uma abordagem sobre relações de parentesco/família no campo político

**Daiana Fernando Mbundé<sup>1</sup>**

**Mônica Helena Harrich Silva Goulart<sup>2</sup>**

*Recebido em maio de 2024*

*Aceito em junho de 2024*

## RESUMO

As relações de parentescos sempre estiveram no âmago da formação política e democrática da sociedade guineense. Esse processo foi consolidado pela classe dominante tradicional, que atualmente se mantém na arena de instituição de decisões políticas (partidos políticos, legislativos e presidências), através das alianças construídas por vias de reprodução sociais e as dimensões da hereditariedade, trajetórias, capitais sociais familiares e laços matrimoniais. Desse modo, a devoção e a responsabilidade atribuídas às mulheres com objetivo de manter essa aliança tradicional por meio do matrimônio as colocam como peças fundamentais desse jogo que envolve o poder, a hierarquia, o capital social e sentimentos de pertencimento. Mediante o exposto, é necessário analisar o papel social e político das mulheres na formação e reprodução dessas alianças nos espaços de poder desde o período da luta pela independência da Guiné-Bissau até o presente contexto. Para tanto, esta análise vai se consolidar à partir da perspectiva metodológica da prosopografia, onde serão analisados os perfis das mulheres que fazem parte da construção do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

**Palavras-chave:** Família; Mulheres; Classe dominante; Política; Guiné-Bissau.

## Female insertion in the space of power in Guinea-Bissau: an approach on parents/family relations in the political field

## ABSTRACT

Kinship relations have always been at the heart of the political and democratic formation of Guinean society, this process has been consolidated by the traditional ruling class, currently this class remains in the arena of institution of political decisions (political parties, legislation and presidencies), through alliances built by means of social reproduction and the dimensions of heredity, trajectories, family social capitals and marriage ties, thus the devotion and responsibility attributed to women in order to maintain this traditional alliance through marriage place them as fundamental parts of this game that involves power, hierarchy, social capital and feelings of belonging, through the above, it is necessary to analyze the social and political role of women in the formation and reproduction of these alliances in the space of

<sup>1</sup>Doutoranda pelo programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Mestra pelo programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: daianafernado1993@gmail.com

<sup>2</sup>Doutora pelo programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Membro do Núcleo de Estudos Paranaenses Nep. mharrich@uol.com.br

power from the period of the struggle for independence of Guinea-Bissau to the present context. Therefore, this analysis will consolidate from the methodological perspective of prosopography where the profiles of women who are part of the construction of the African Party for Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC) will be analyzed.

**Key-words:** Family; Women; Ruling class; Politics; Guinea-Bissau.

## Introdução

A influência de relações familiares e de parentesco no acesso ao poder político marca a formação histórica da Guiné-Bissau como uma nação e um Estado. Esse processo foi feito pela classe dominante tradicional, que se mantém na arena ocupando instituições de decisões políticas (partidos políticos, legislativos e presidências) através das alianças construídas por vias matrimoniais e alianças de parentesco, e as mulheres muitas das vezes fazem parte desse jogo político. Isto posto, é necessário entender a forma como essas mulheres se tornaram protagonistas do jogo de interesses políticos, partidários e parentais, já que as suas decisões em prol das lutas pela equidade feminina são correlatas a uma consciência partidária alienada aos interesses familiares e das relações de parentesco.

Com essas considerações, o presente estudo tem como foco central a análise da formação da classe dominante tradicional Bissau guineense, desde o período da luta de libertação nacional contra o colonialismo português através do regime de assimilação implementada pelo império e como essa estrutura se mantém no poder por meio das conexões de parentesco. Para compreensão deste cenário, analisamos as biografias das mulheres pertencentes à classe dominante tradicional que são figuras representativas na política, eleitas deputadas da nação para a Assembleia Nacional Popular de Guiné-Bissau desde 1973 até 2019.

Nesse sentido, pontuamos que de forma alguma pretendemos minimizar o esforço do componente feminino que sempre esteve na linha de frente de diferentes batalhas em prol da emancipação do país contra o regime colonial português, ao contrário. A nossa intenção é tão somente identificar como as relações de parentesco influenciam as mulheres na ascensão de poder. Para tanto, torna-se necessário o questionamento acerca dos limites e sobreposições entre público e privado, a

concentração dos capitais (social, econômico e cultural) nas mãos da classe dominante tradicional e como essa ascensão de poder dá seguimento na formação da desigualdade socioeconômica no país.

Embora tenha como foco a Guiné-Bissau, o trabalho não deixa de relacionar e explorar outras produções científicas que debatem questões relativas à participação feminina nos espaços de poder político familiar como pesquisa e objeto em questão.

Da mesma forma, ressaltamos que a decisão de analisar as trajetórias coletivas das mulheres que foram eleitas deputadas da Nação se deve ao fato de a Assembleia Nacional Popular guineense ser um órgão supremo legislativo e de fiscalização política e representativo de todos os cidadãos guineenses, decidindo sobre as questões fundamentais da política interna e externa do Estado. Portanto, analisar as trajetórias dessas mulheres no campo político é um caminho dado para compreensão de todo o processo de inclusão das mulheres nesse setor.

Reiteramos, o nosso ofício como sociólogos e sociólogas é questionar tudo! Então, nos colocamos a apresentar a realidade política guineense em meio à construção genealógica da classe dominante tradicional, o por quê de pessoas com certos sobrenomes sempre ocuparem cargos de poder ao longo dos 50 anos de independência da Guiné-Bissau. Analogicamente, depois da independência, esses sobrenomes se mantiveram na arena política consolidando a relação de parentesco neste espaço. É necessário questionar como esses indivíduos com capital econômico, cultural e social têm ocupado de uma forma hegemônica e continuam presentes em cargos eletivos como deputados/deputadas, ministros/ministras e presidentes. Como método, a prosopografia é o principal recurso de análise para compreensão do nosso objeto em questão. Em síntese, a prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores por meio de um estudo coletivo de suas vidas (STONE, 2011, p. 115).

Em termos metodológicos, este estudo conta com diversas técnicas, das quais a observação participante e entrevistas semiestruturadas foram essenciais para levantamento de dados e elaboração da análise, pois permite entender a inclusão das mulheres na construção histórica na política Bissau guineense, daí a importância em compreender suas trajetórias relatadas por elas mesmas e também identificar os grupos familiares aos quais elas pertencem. No que diz respeito a pesquisa bibliográfica, a

alguns autores tornam-se relevantes como Cardoso (2002), Pereira (2003), Oliveira (2016) e autoras como Candé Monteiro (2013) e Gomes (2015).

### **A construção da classe dominante tradicional Guineense**

Nesta seção, pretendemos entender como se formou a classe dominante tradicional guineense. Para tais compressões, é necessário abordar como o processo da colonização, a igreja católica e o ensino colonial, foram instâncias que favoreceram a formação dessa classe. Também pontuamos que o estudo sobre a classe dominante tradicional guineense ajuda a compreender a influência desse grupo no contexto político atual, tendo em vista que a maioria das pessoas pertencentes a essa massa fazem parte do presente governo. Quando referimos a classe como tradicional queremos dizer que é a primeira classe social a surgir na Guiné-Bissau no período colonial e que se desvinculou com as demais, formando grupos de pessoas que adotaram costumes do colonizador (português) adquirindo, assim, a base do capital cultural e econômico e social.

Dessa forma, entendemos a classe dominante enquanto o grupo dos indivíduos que ocupam cimeiro na hierarquia das estruturas sociais, políticas, econômicas, institucionais, partidárias ou nas organizações de classe; exercendo, na maioria das vezes, diretamente a influência no funcionamento do país. Trata-se de pequenas parcelas da população que exerce domínio político e econômico. Ricardo Costa de Oliveira reforça que essas classes pertencem às famílias históricas que sempre exercem funções de liderança na arena política e no campo da economia. O autor chega a concluir que tais indivíduos, de forma assegurada, mantêm continuamente seus membros na ocupação dos espaços de poder mais privilegiados (OLIVEIRA, 2001, 2012).

Autores como Marx e Engels realizaram estudos sobre grupos que dominam outros, chamando-as da classe burguesa, sendo necessária a luta de classe para pôr fim à influência da classe dominante. Os autores supracitados compreendem a burguesia como a superestrutura e proletariado, como estrutura que estaria na base da sustentabilidade da burguesia. Para mudar essa história, necessita-se da revolução de classe oprimida. É relevante entender que “a história de todas as sociedades até agora

tem sido a história das lutas de classe.” Então a ditadura de proletariado seria necessária para que não houvessem classes sociais (ENGELS & MARX, 2008, p.10).

No caso da Guiné-Bissau, Carlos Cardoso dedicou estudos para compreensão dessa classe, a qual denomina de elite política. Segundo Cardoso (2002), a formação da elite política guineense se desenvolveu em três fases. A primeira, é construída com a implantação de colonização no território que atualmente conhecemos de Guiné-Bissau. A segunda, teve início após a independência sendo decisiva na formação histórica-político e cultural do país, uma vez que foram essas elites que adotaram costumes portugueses e implementou a iniciativa da luta de libertação contra a colonização portuguesa e a construção do nacionalismo guineense. A segunda fase se estendeu até os anos 1990, quando o país aderiu à democracia, um fato que inaugurou a terceira fase, condiz com a situação atual em que o país se encontra de instabilidade política democrática e de constante golpe de Estado.

A elite, enquanto grupo minoritário de pessoas que se alternam no poder, não é objeto principal da nossa pesquisa, mas sim a classe dominante tradicional (pessoas que fazem parte do mesmo grupo/família que permanecem no poder político e institucional continuamente. Perante este fato, é indispensável falar sobre a formação da classe dominante Bissau guineense. Coube a essa classe dominante a iniciativa de desencadear uma das primeiras iniciativas de resistência contra a opressão colonial. Na verdade, a formação dessa classe, usando os termos de Cardoso, “foi influenciada pela política praticada pelo colonialismo português, que optou por um modelo de colonização cujo principal paradigma consistia em assimilação e integração dos povos colonizados” (CARDOSO, 2002. p. 16). Para colonizadores, a nova forma de aplicar a colonização mental é fazer que os nativos abandonassem os seus costumes considerados “Gentios<sup>3</sup>” e assimilar os novos costumes considerados “civilizados” (CARDOSO, 2002).

Os assimilados para o regime português são as pessoas que adotam os hábitos e costumes da cultura portuguesa, enquanto, os “indígenas” seriam aqueles que não adotaram a cultura portuguesa e se identificam com sobrenomes locais inscritos em línguas étnicas. O diploma legislativo n° 268, de 1914, estabelecido em Guiné Portuguesa,

---

<sup>3</sup> Gentios são nativos que praticam costumes locais.

cujo o conteúdo se manteve no essencial proclamação do Ato Colonial, definia os “indígenas como indivíduos nascidos e vivendo em aglomerações sociais indígenas, chamadas tabancas, que tivessem hábitos e costumes indígenas, e que não pudessem ler ou escrever português”, enquanto que os considerados “assimilados” eram aqueles que sabiam ler e escrever a língua portuguesa, tinham documentos de identidade para frequentar as aulas e, por último, para ser considerado “assimilado” deveria ter a vida econômica estável (PEREIRA, 2003, p. 31).

A igreja católica missionária foi a estrutura responsável pela formação das pessoas que adotaram costumes portugueses, transmitindo-lhes não só conhecimento científico básico sobre a Europa, mas também normas e moral de conduta adequada aos colonizadores. Nos termos do acordo “assinado entre Santa Sé e o Governo português, em 7 de maio de 1940 que deliberou a missão católica a conduta total para formação de indígenas está é a tradição de papel ativo da igreja na formação de grupos sociais”, prolongando-se durante toda a colonização e durante os anos 60, o Estado português implantou escolas públicas designadas para formação das dominantes em Guiné-Bissau (CARDOSO, 2002, p. 18).

Em suma, a colonização foi o fator principal para formação da classe dominante tradicional guineense, que adotou os costumes portugueses como forma de se auto afirmarem superiores às demais classes da sociedade guineense (operários, camponeses, mulheres badeiras<sup>4</sup>, etc.). Um exemplo típico de colonização mental que hoje em dia se verifica na sociedade guineense, dentre outros elementos, é a adoção do português como a língua oficial, tornando as práticas da cultura portuguesa como determinismo de ascensão e status sociais.

### **A dialética entre classe dominante tradicional e o poder feminino**

Em busca do perfil parlamentar, destacamos trajetórias políticas individuais das deputadas da nação regidas pela Assembleia Nacional Popular ao longo de 50 anos da história da luta colonial, pós-luta e abertura democrática. Em linhas gerais, o uso da

---

<sup>4</sup> Badeiras são mulheres guineenses que vendem produtos para sustento da família.

prosopografia como método de análise auxilia em sistematizar determinadas informações sobre o conjunto de atores sociais por via do levantamento de biografias coletivas onde se pode identificar a estrutura social e, ao mesmo tempo, como dar sentido às ações desses indivíduos dentre essas relações sociais (STONE, 2011).

Importante destacar que os estudos de biografias individuais e coletivas das mulheres eleitas pela ANP permitem entender sobre relações de parentesco no espaço de poder. Para Mônica Goulart, o método prosopográfico nos dá oportunidade de ter acesso às informações das famílias, onde este elemento “indicará o mecanismo de relações e estratégias de parentesco para garantir a entrada, a permanência e ascensão ao campo político” (GOULART, 2016, p. 245).

Perante este fato, depois da independência da Guiné-Bissau, algumas famílias e sobrenomes tornaram-se cada vez mais notáveis na esfera política, isto é, na ocupação de cargos eletivos, nas funções estatais e burocráticos do país. Essas famílias tradicionais foram instituídas nos espaços de poder desde a luta de libertação nacional contra a colonização e se renovam com alianças de casamentos e hereditariedade.

Para Oliveira (2012, p. 13), que fez estudos sobre rede de parentesco na política brasileira, em especial paranaense, afirma que a família ainda é de grande importância na esfera política, porque as redes familiares controlam partidos políticos. No caso da Guiné-Bissau existem partidos que foram fundados pelo grupo familiar, que controlam o centro executivo e legislativo através da aliança matrimonial, são hereditários e sempre se renovam por gerações. Ainda reforça Oliveira (2012) que as relações de parentesco se tornaram instrumento eficaz para manutenção do poder político, na maioria de caso esses grupos familiares criam uma rede de proteção entre si através de estabelecimentos de capitais (social e econômica).

Numa análise bourdieusiana, o PAIGC, como partido político, é um *subcampo* de campo político, pois possui a sua realidade, sua estrutura, sua prática e formas internas e externas de se relacionar e organizar, como também promove modos diferenciados de posicionamentos dos seus agentes e agirem dentro desse *campo*, o que, por antemão podemos compreender por *habitus*. Assim, o *campo político* seria um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior de um grande mundo social, e o *habitus* é um espaço social que está por trás da sociedade

e indivíduos e a corporificação do comportamento da estrutura social estabelecidas, afirma (BOURDIEU, 2011, p. 194).

Dessa maneira, o subcampo pode ser compreendido como elemento constituinte do campo político, ou seja, um espaço que também possui as suas determinações e interesses em manter suas instâncias particulares através de *jogo* e disputas. O *subcampo* é caracterizado “por conjunto de diferentes espécies de capital e de níveis de poder desiguais entre si” essas estratégias são necessárias para “definir a permanência das posições dominantes ocupadas por seus agentes nesse *subcampo*” [ministros (as), deputados (as) secretarias do Estado (GOULART, 2016, p. 239)].

No entanto, ao se considerar o PAIGC como um subcampo de *campo* político guineense identifica-se esse espaço político como um universo particular, tendo as suas regras e estruturas de funcionamento, onde a classe dominante tradicional dispõe de forças específicas e diferenciais para manter o seu domínio.

Em relação ao presente estudo sociológico, o nosso ofício é de averiguar o papel social, político e cultural das mulheres na formação e reprodução de novos atores e alianças políticas por via de matrimônio e heranças como um aspecto social pouco problematizado na Guiné-Bissau, razão pelo qual procuramos trazê-lo à luz do debate. Isto é, buscamos compreender através das mulheres e suas representações políticas hipóteses ou dúvidas quanto ao perfil das mulheres que exercerem funções políticas. Quem são essas mulheres? Quais são as suas ligações com a classe dominante tradicional guineense? E quais são as suas trajetórias na política?

De fato, é possível afirmar que a maioria delas são oriundas da zona urbana, formadas na Guiné-Bissau ou no exterior. Algumas são filhas, irmãs ou esposas pertencentes à classe política guineense, portanto, esse vínculo apenas se garante para uma parcela das mulheres nos espaços de decisão, também vale ressaltar que existem mulheres que são colocadas pela cota partidária que propicia, ao menos legalmente, equidade na política e, por último, temos as mulheres que ingressam na política por meio da presença em movimentos sociais, representando grupos das mulheres que lutam pelo movimento de igualdade de gênero na esfera política.

A cota partidária foi criada devido à desvalorização das mulheres na esfera política. Por esses motivos, organizou-se em fevereiro de 2002 o congresso com o



objetivo de discutir a falta de participação das mulheres no parlamento. As mulheres da União Democrata das Mulheres (UDEMU), organizadora do congresso, exigiam que a presença feminina nos órgãos internos e nas listas eleitorais dos partidos fosse obrigatoriamente de pelo menos 25%, demandando lugares de destaque no nível de instituição do Estado. Observa-se que mesmo com a iniciativa na esfera política o sistema multipartidário permaneceu esmagadoramente dominado por homens, ainda assim não obstante os obstáculos e as dificuldades encontrada na sua caminhada emancipatória, as mulheres guineenses têm concretizado alguns objetivos como a criação da Plataforma Política das Mulheres, PPM, em 2008 (GOMES, 2016, p. 138).

Muito embora nos comentários das interlocutoras sobre as dificuldades enfrentadas no espaço político por serem mulheres, maiorias responderam que não se sentem ameaçadas sobre visão preconceituosa dos homens, mas sentem dificuldades e implementar mais projetos que defendem o estatuto das mulheres na sociedade, a exemplo do aumento da cota partidária, assim destaca Teodora Inácia Gomes<sup>5</sup>, pois “queria que as mulheres ocupassem 50% dos assentos nos lugares de tomada de decisão, mas é difícil essa implementação, porém estamos nessa luta” (entrevista feita com Teodora Inácia Gomes, Bissau, dezembro de 2021).

Teodora Inácia Gomes, nossa interlocutora, esteve nesse processo de luta afirmativa de gênero em Guiné-Bissau desde período colonial, mesmo possuindo capital econômico adquirido pela sua trajetória individual e familiar (por ter parente na política reconhecido no processo da luta armada), também precisou conquistar espaço de aprovação por ser mulher. Isto porque as mulheres compõem grupo minoritário nessa esfera, mesmo carregando sobrenomes reconhecidos na arena política, precisam lutar para permanência e ascensão política para que seus sobrenomes sejam transportados por gerações.

Segundo a divulgação do próprio parlamento da ANP, já passaram em torno de 22 mulheres eleitas como deputadas na capital Bissau desde 1974 até 2019. O número da

---

<sup>5</sup> Sobre relação do parentesco da Teodora Inácia Gomes, seu pai: Pedro Gomes Combatente da Liberdade de Pátria, Representantes da população Local/ Membro do PAIGC –Falecido sua irmã Joana Gomes- Ex: Combatente e enfermeira da linha de frente da luta pela independência da Guiné e Cabo Verde- PAIGC. Seu Fidelis Cabral D’Almada, ex Ministro da Justiça, PAIGC.

participação feminina é minoritário em relação aos homens, mas estudar perfis dessas mulheres, mesmo que de uma forma concisa, através da trajetória de cada uma delas, nos ajudará a criar uma visão sobre ANP, direcionando um olhar sobre relação de gênero na política e aspectos culturais que as envolvem.

Em relação aos estudos desenvolvidos sobre deputadas eleitas na capital em 1994, tem-se duas parlamentares: Carmem Pereira e Ana Maria Cabral. Analisando mais de perto essas mulheres, observamos que os dois sobrenomes são de grande importância na política guineense a Pereira e Cabral que fazem parte da construção da classe dominante tradicional, pois os líderes Amílcar Lopes Cabral e Aristides Pereira são pioneiros da luta de libertação contra o regime colonial português.

Essas famílias se consolidaram com a transformação da classe dominante tradicional que assimilaram costumes portugueses para a classe dominante tradicional nacionalista. De acordo com estudos de Carlos Pereira, “o aparecimento de outros nomes ligados às ideias de libertação nacional, que vão ser protagonizados por homens e mulheres ligados às famílias Cabral, Almada, Pereira, Lacerda, Barbosa, Turpin, Fortes, Sanha, Gomes etc. Todos esses sobrenomes estão ligados diretamente dessa classe dominante que ainda se consolida no poder político do país” (PEREIRA, 2003, p. 17).

Nas disputas que ocorrem no campo político pode-se constatar as transferências de capital político entre seus membros como no caso do sobrenome Pereira, que de uma certa forma são frequentes no espaço de poder político. Exemplo de Carmen Pereira, Aristides Pereira, Francisca Pereira.

Carmen Maria de Araújo Pereira, nascida em 22 de setembro de 1936, foi Líder nacionalista da Guiné-Bissau, presidente interina por dois dias em 1984. Filha de um advogado e assim como as outras três irmãs, frequentou a escola até a quarta série. Casou-se e teve três filhos, dois meninos e uma menina. Seu marido entrou para o movimento de libertação, fato que ela descobriu por acaso. Porém, seguiu seu exemplo e tornou-se ativa também no Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde – PAIGC em 1962. De acordo com Candé Monteiro (2013), aos vinte e um anos Carmen foi para o exílio no Senegal junto com seus filhos, o mais novo não havia completado um ano. Ela conheceu Amílcar Cabral e foi encorajada por ele a dedicar-se em tempo integral ao movimento de libertação. Em 1963 foi para a União Soviética estudar enfermagem,

retornou ao país em 1965, quando foi enviada ao interior, onde tornou-se responsável pelos assuntos de saúde e construiu o primeiro hospital nas zonas libertadas.

No ano de 1967 Carmen Pereira foi nomeada pelo comitê executivo do PAIGC como comissária política da região sul. Tornou-se líder destacada da luta de libertação, tanto que os portugueses bombardearam áreas em que acreditavam que ela estivesse vivendo e anunciaram recompensa por sua cabeça, mas ela continuou lutando e nunca foi presa. De acordo com Candé Monteiro (2013), após a Independência, continuou exercendo grande influência na vida política do país, foi eleita deputada em 1973/1977, reeleita 1977/1984, assim consequentemente escolhida em 1984 a 1989. Era a única mulher no comitê executivo do PAIGC e a principal liderança da Comissão de Mulheres da Guiné Bissau e Cabo Verde (1975-1981). Eleita vice-presidenta da Assembleia Nacional Popular (1973-1984) e a presidiu de 1984 a 1989, quando deixou a posição para tornar-se membro do Conselho de Estado. Em maio de 1984 foi a chefe executiva do governo por dois dias. Ela foi Ministra da Saúde e Serviço Social (1981-1983) e Ministra de Estado (1991-1992).

Entre sobrenomes que se destacam na política guineense, pode-se encontrar a família Cabral, que naturalmente se encontra na construção histórica do país, tendo mulheres como principais alicerces para a configuração dos sobrenomes no espaço de poder. Portanto, a presença direta de relações de parentesco no espaço público é um instrumento eficaz para manutenção desse poder através de rede de proteção e a mulher é responsável pela manutenção desse poder através de reprodução.

Ana Maria Cabral<sup>6</sup>, nascida em 1941 em Guiné-Bissau, viveu em Angola até 1955. Em 1963 inscreveu-se no PAIGC, logo após ganhou a bolsa de estudos que possibilitou a sua formação em filosofia, foi presidente da Fundação Amílcar Cabral criada em 1984, Deputada em 1973/1977 e também foi de 1977/1984.

Sobre a relação rede de parentesco da Ana, o seu marido Amílcar Lopes Cabral foi fundador do Partido PAIGC, líder da luta de libertação nacional da Guiné-Bissau. O seu cunhado Luís Severino de Almeida Cabral foi o primeiro presidente da Guiné-Bissau,

---

<sup>6</sup> Esses dados sobre o parentesco da Ana Maria Cabral foram conseguidos de forma impressa na Fundação Cabral com Domingos Nbanda sendo meu auxiliar no processo de obtenção de dados em Bissau, devido a fonte só constava de forma impresso.

ocupando o cargo de 1973 a 1980. A enteada Iva Cabral é uma cientista social que inspira gerações de acadêmicos, gestores e ativistas. É Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP, Brasil) e doutorada pela Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) com a tese “A Primeira Elite Colonial do Atlântico (Século XV-XVIII)”. Integrou como historiadora e investigadora o projeto “Salvaguarda do Património Histórico da África Contemporânea: O caso da luta de libertação nacional Guiné-Bissau e Cabo Verde» e o projeto da “História Geral de Cabo Verde”. Exerceu a docência de História na Universidade de Cabo Verde. Foi membro do Conselho da Administração do Instituto de África Ocidental e Reitora da Universidade Lusófona de Cabo Verde. É membro do Conselho de Administração da Fundação Amílcar Cabral (FAC) em Cabo Verde, importante instituição que alberga o legado de Amílcar Cabral. Filha do Pai da Nação. Ressaltando que, tanto a família Cabral como Pereira fazem parte da construção histórica da Guiné-Bissau (ANP, 2022).

Outro sobrenome que se destaca nas eleições legislativas de 1977 a 1984 é Pereira, nesse caso, a Francisca Pereira. De acordo com a entrevista que fizemos com a interlocutora, Francisca Lucas Pereira Gomes, nascida na região de Bolama Bijagós em 1942, a sua família é originária de Bolama e Cacheu aos 17 anos, Francisca se juntou ao movimento de Libertação da Guiné-Bissau contra a colonização portuguesa, mais tarde tornou-se membro do partido PAIGC trabalhando como secretária do Partido na Guiné Conakry.

Em 1965, com apenas os estudos secundários, foi enviada para Kiev na Ex-URSS para cursar técnica de enfermagem, dois anos mais tarde, em 1967, Francisca assume o cargo de vice-diretora da escola Piloto em Conakry, um centro de formação criado pelas forças independentistas para acolher órfãos e refugiados da guerra na Guiné-Bissau, algum tempo depois é enviada para os territórios conquistados as forças colônias portuguesa. Durante alguns meses trabalhou como enfermeira no hospital do PAIGC em Ziguinchor no Senegal. Entre 1970 e 1975, representou a ala feminina do PAIG em várias conferências, nomeadamente com a filósofa Angela Davis que foi ativista dos Black Panthers.

Após a independência da Guiné-Bissau, obtida em 1974, desempenhou vários cargos políticos. Em 1977 foi a única representante feminina em assuntos do Governo.

Preside a câmara de Bolama a cidade em que nasceu, e de 1981 a 1988 foi presidente da União Democrática das mulheres da Guiné-Bissau (UDEMU).

Entre 1990 e 1994 Francisca Pereira foi Ministra da Mulher e da Criança. Entretanto, em 1991, depois da abertura democrática, foi Ministra do Interior, mas a obrigaram a abdicar devido a uma rebelião militar que culmina numa guerra civil. Já em 2000 a 2002, foi nomeada Ministra de Estado encarregada dos assuntos políticos e da diplomacia.

Sobre a relação de parentesco de Francisca Lucas Pereira Gomes, o laço foi reforçado pelo casamento com Liberato Gomes, ex-chefe de Protocolo da Presidência da era de Luís Cabral, PAIGC. A filha Djamilá Gomes tornou-se administradora de Gabu, PAIGC, seu primo Tomás Barbosa Pereira foi ministro das Pescas, PAIGC, também outro primo Teobaldo Barbosa Pereira, ex-ministro da função Pública que também foi presidente do PAIGC.

No trabalho do campo desenvolvido em Bissau com as entrevistas, quando questionadas sobre ter famílias num determinado espaço de poder, as interlocutoras não percebem isso como um problema, mas sim como algo a vangloriar, “meu marido é ministro graças a Deus, meu filho também é deputado, meu pai é grande combatente da liberdade de pátria motivo por ter entrado na fileira da luta, meu sobrinho disse que quando crescer vai entrar no partido, (motivo de orgulho)”, assim foram falas das mulheres na oportunidade de entrevistá-las.

Na terceira legislatura, de 1984 a 1989, alguns nomes também marcam destaques, sendo Francisca Vaz, Carmem Pereira foi reeleita, Francisca Lucas Pereira também foi reeleita e Satú Camará.

Em relação à participação familiar na política guineense, Carlos Pereira reforça que existem mulheres que se tornaram influentes no período colonial por serem luso-africanas e se apoderaram da capital econômica do país fazendo comércio em rios Gâmbia e Serra Leoa nos anos 1670 e 1680. Como exemplo tem-se o caso de Bibiana Vaz<sup>7</sup>,

---

<sup>7</sup> Bibiana Vaz- Poderosa comerciante e liderança influente na antiga Guiné-Bissau. Nasceu e viveu nas primeiras décadas de existência da cidade de Cacheu, que era o porto de acesso aos negociantes portugueses e cabo-verdianos na Alta Guiné. Seu marido foi um dos fundadores da empresa comercial conhecida como Companhia de Cacheu, fundada em 1676, e após a morte dele, Bibiana expandiu os negócios usando seus contatos com europeus, cabo-verdianos, dignitários pépel e banhuns.

e Mãe Aurélia Correia<sup>8</sup>. Essas mulheres pertenciam a famílias que tinham destaque socialmente na época como assimiladas, reforça Carlos Pereira, indicando as famílias Alvarenga, Vaz, Barreto e Nosolines (PEREIRA, 2003, p. 15).

Atualmente, podemos encontrar esses sobrenomes ocupando lugares de destaque na política. Caso da Francisca Maria Monteiro e Silva Vaz Turpin que se uniu à família Turpin por vias matrimoniais, mas a sua família já fazia parte da classe dominante tradicional, essa união reforça a sua permanência no poder. Para Mônica Goulart (2016), é importante perceber que “o sobrenome familiar permanece no campo, acumulando capitais, incorporando as regras de jogo, até a entrada do próximo membro, transferindo uma espécie de legitimidade na ocupação de posições” (GOULART, 2016, p. 246).

De acordo com Biografias das mulheres africanas<sup>9</sup>, Francisca Maria Monteiro da Silva Vaz Turpin (2012), apelidada de Zinha Vaz, nascida em Bissau a 04 de outubro de 1952. Em 1972-1975 fez curso superior de Ciências Educativas de Magistério Primária. Em 1980-1984 cursou Sociologia no Instituto Superior de Ciências e Trabalho empresas Lisboa I.S.C.T.E. Entre 1990-1993 participou da formação de Formadores de Administração Pública - Brasil - São Paulo, Fundação de Desenvolvimento Administrativo (BMA, 2020).

Zinha Vaz foi funcionária da Inspeção do Comércio Bancário em Bissau no período de 1969-1970. Em 1971-1972 atuou como escriturária nas Oficinas Navais - S.A.O. em Bissau 1975-1977. Foi professora eventual do Ensino Primário, Escola D.

---

<sup>8</sup> Maria Aurélia Correia-Aurélia casou com Caetano José Nozolini, filho de André Joseph Nicolas Maria de Candelária de Los Santos Nozolini e Gertrudes Maria do Livramento HENRIQUES, cerca de 1825 em Bissau, Guiné-Bissau. (Caetano José NOZOLINI nasceu a 20 Jul 1800 em Fogo, Cabo Verde, Comerciante, mercador e senhora de escravos da Guiné. Nasceu provavelmente de pai cabo-verdiano e mãe de etnia bijagó, da ilha de Orango, a maior e mais importante ilha do arquipélago da costa da atual Guiné-Bissau. Tornou-se a mais famosa de todas as mulheres comerciantes que operaram na costa do que veio a se chamar Guiné Portuguesa durante o período colonial. Sua carreira comercial esteve indissociavelmente ligada ao comércio transatlântico e à introdução do comércio de amendoim. A família Nozolini era conhecida no ramo de comércio e trocas de mercadorias na era colonial.

<sup>9</sup> Biografias de Mulheres Africanas é uma atividade da Rede Multidisciplinar de Estudos Africanos do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ILEA-UFRGS) e do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DEDS-PROEXT-UFRGS), com o apoio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEAB-UFRGS). <https://www.ufrgs.br/africanas/>

Manuel I e Ensino Noturno, na escola Teixeira Pinto em Bissau. Também é Professora Efetiva do Ensino Primário e Coordenadora na área de Psicopedagogia, nos cursos de Monitores Escolares em Bissau. Entre 1980-1984 foi Diretora do Externato Paços da Rainha e Professora do Ensino Básico, em Portugal (BMA, 2020).

Também foi Diretora do Externato D. Nuno Álvares Pereira, Almada – Portugal. De 1985-1990 esteve como Tesoureira na Empresa petrolífera, Dicol LDA, em Bissau. Foi Chefe da Seção de Pessoal na Empresa de Combustível e Lubrificantes da Guiné-Bissau, LDA - Dicol LDA, Bissau. Diretora Administrativa da Empresa de Combustíveis e Lubrificantes da Guiné-Bissau, LDA - Dicol. Entre 1992-2002, foi Presidente da Associação das Mulheres de Atividade Económica da Guiné-Bissau – AMAE. Também presidiu o Conselho de Administração da Caixa de Poupança e Crédito BAMBARAM. Em 1992 foi membro da Associação das Mulheres Afro-Americanas e Africanas, eleita no A.A.I. em New York – Estados Unidos da América. No ano de 1993 assumiu como membro fundador da AFAO - Associação das Mulheres da África Ocidental (ANP, 2004).

No período entre 1994-1999, Zinha Vaz foi deputada da Nação pelo Círculo 24 no Sector Autónomo de Bissau e membro da comissão Permanente da Assembleia Nacional Popular. Foi Secretária Nacional da Comissão *Ad-hoc* da Mulher e Criança. Membro da Comissão de Boa Vontade da ANP 1999 e presidente da Câmara Municipal de Bissau 2000. Reeleita deputada da Nação para o Círculo 06 Região de Oio e Farim, em foi 2000 Ministra de Estado, Conselheira para os Assuntos Políticos e Diplomáticos do Presidente da República – fevereiro 2000 a fevereiro 2001. Consultante em várias Organizações da Sociedade Civil na matéria de Género.

Sobre a relação de parentesco, podemos ver que Francisca Vaz Turpin está inserida numa rede de parentesco extremamente relevante que foi reforçada pelo matrimônio. É filha de João Vaz que participou diretamente na luta de libertação nacional pelo partido PAIGC. O seu marido Joseph Turpin foi nomeado ministro em 1994 pelo PAIGC. O seu irmão Fernando Vaz (Secretário de Estado dos Transportes) e o seu primo é Herder Lopes Vaz (Ministro da economia e desenvolvimento regional. O cunhado é Elsée Turpin, grande líder e uns dos fundadores do Partido PAIGC. A cunhada Cati Turpin é umas das fundadoras da UDEMU e membro do Partido PAIGC. A família

Turpin e família Vaz criaram laços matrimoniais durante anos formando uma aliança na esfera política. Atualmente, Francisca se separou de Joseph, mas o sobrenome se manteve como uma forma de identificação. No que diz respeito à esfera da família, o casamento se mostra como ponto chave para garantir a “força e a longa duração do sobrenome no campo político, uma vez que ordena a regularidade nas escolhas matrimoniais e define a identidade do grupo (CANÊDO, 2011, 67).

Nas eleições legislativas de 2000 a 2004, outra figura que se destaca com sobrenome carregado de capital, na figura de Satú Camará Pinto, que seguindo a sua trajetória como deputada da Assembleia Nacional Popular, fora eleita várias vezes.

De acordo com biografias das Mulheres africanas, Adja Satu Camará Pintu, filha de Mamadu Camará e de Mariama Sambú, nasceu na Aldeia de N'Tuhana, Sector de Buba, Região de Quinara. Sob a influência de seu pai, ativista, integrou nas fileiras do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e da luta de libertação nacional em 1962.

Durante a guerra de libertação, Adja Pinto seguiu uma preparação militar em Gana (1964) e um curso de enfermagem. Depois do treinamento, foi responsável pela saúde da Frente Leste (1965-1967), em Koundara na Guiné-Conakry em colaboração com o escritório do PAIGC (1967-1968) e em Quitafine na frente Sud (1968-1969; 1970-1971). Também foi nomeada coordenadora de internato do Instituto da Amizade em Campada (1969-1970) e empregada no hospital da zona 7 (1972-1974) (GOMES, 2014, p. 15).

Em 1974, após a proclamação da Independência da República da Guiné-Bissau, foi nomeada Chefe de serviço de saúde do hospital Bafatá durante muitos anos. Aos poucos, passou a exercer grande influência na vida política do país. Foi sucessivamente governadora da região de Bafatá (1985-1990), de Cacheu (1990) e de Gabú (1997-1999). Foi deputada da nação na primeira legislatura multipartidária (1994-1999) e foi eleita primeira vice-presidente da Assembleia Nacional Popular (2004-2008). Adja Satú Camará Pinto entrou no governo pela primeira e única vez como Ministra do Interior de 2009 a 2010 antes de ser nomeada Chefe da Casa Civil do Presidente da República – Malam Bacai Mambas Sanhá em 2010.

Em 2016, Adja Pinto deixou o PAIGC. No ano seguinte, em 2017, foi a primeira mulher Bissau-guineense a obter o grau de General. Juntou-se ao Movimento de



alternância democrática-Grupo 15 em 2018, com o qual foi eleita segunda vice-presidente da Assembleia Nacional Popular (2019). Em 2020 foi nomeada quarta vice-Presidente da Mesa Parlamento da CEDEAO (2020).

A trajetória política da Adjá Satu Camará mostra o outro lado da inclusão das mulheres na política através da influência do movimento da luta de libertação nacional. Não deixando de pontuar que o seu pai Mamadu Camará foi antigo combatente da liberdade de pátria.

A tabela a seguir mostra relação de família/parentesco na política guineense através de sobrenomes pertencentes a classe dominante tradicional que dedicamos espaço teórico para compreender. Essa relação que de uma certa forma naturalizada se perpetua na construção histórica do país devido a posse de diferentes capitais adquiridas com a implementação de regime da assimilação no país pelo império português que de uma forma eficaz contribui para ascensão dessa classe que vem renovando através de transmissão dos capitais hereditariamente por gerações.

**TABELA 1 – RELAÇÃO DE FAMÍLIA/PARENTESCO NA POLÍTICA GUINEENSE**

RELAÇÃO DE FAMÍLIA/ PARENTESCO NA POLÍTICA GUINEENSE			
NOME	PARENTES / FAMÍLIAS	CARGOS POLÍTICOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
<b>Francisca Vaz Turpin</b>	<b>Pai:</b> João Vaz: Antigo Combatente de liberdade de Pátria (PAIGC). <b>Marido:</b> Joseph Turpin- foi ministro 1994 (PAIGC). <b>Irmão</b> Fernando Vaz (Secretário de Estado dos Transportes). <b>Primo:</b> Helder Lopes Vaz (Ministro da economia e desenvolvimento regional. <b>Cunhado:</b> Elysée Turpin (grande líder e uns dos fundadores do partido PAIGC.		
<b>Carmen Maria Pereira</b>	Pai e marido antigo combatente de liberdade de pátria (PAIGC) 1973.		

<b>Ana Maria Cabral</b>	<p><b>Marido:</b> Amílcar Lopes Cabral (fundador de PAIGC e líder de libertação nacional de Guiné e Cabo Verde (1945).</p> <p><b>Cunhado:</b> Luís Severino de Almeida Cabral- primeiro presidente da Guiné-Bissau depois da independência também foi presidente de Cabo Verde.</p> <p><b>Enteada:</b> Iva Cabral: presidente da Fundação Cabral.</p> <p>A linhagem da família é da elite tradicional Bissau Guineense e cabo-verdiana, desde 1945.</p>
<b>Francisca Pereira Gomes</b>	<p><b>Marido:</b> Liberato Gomes, ex. Chefe de Protocolo da Presidência, era de Luís Cabral, PAIGC.</p> <p><b>Filha:</b> Djamila Gomes, Administradora de Gabu, PAIGC.</p> <p><b>Primo:</b> Tomás Barbosa, ex Ministro das Pescas, PAIGC, atualmente MADEM G15.</p> <p><b>Primo:</b> Teobaldo Barbosa, ex Ministro da Função Pública, foi Presidente do PAIGC.</p>
<b>Teodora Inácia Gomes</b>	<p><b>Pai:</b> Pedro Gomes Combatente da Liberdade de Pátria, Representantes da população Local/ Membro do PAIGC –Falecido.</p> <p><b>Irmã:</b> Joana Gomes- Ex: Combatente e enfermeira da linha de frente da luta pela independência da Guiné e Cabo Verde- PAIGC.</p> <p><b>Primo:</b> Fidelis Cabral D’Almada, ex Ministro da Justiça, PAIGC.</p>
<b>Isabel Manuel Kássimo</b>	<p>Filha de Manuel Kássimo Gomes membro político do PAIGC,1973-2014.</p> <p>Mãe Joana Djalo membro de Biro político do PAIGC e membro da UDEMU 1997.</p> <p>Marido Presidente da CP. De base de PAIGC na secção de S Paulo 2000/2019.</p> <p>Meu filho e Membro da Secretariado da JACC do PAIGC.</p>

Fonte: biografias africanas, 2022.

Analisando a tabela, pode-se verificar que as mulheres consideradas figuras de representatividade feminina na política ativa e governamental, que foram eleitas várias vezes como deputadas da nação e ministras, têm familiares/parentes na política. Essas famílias fazem parte da construção política da Guiné-Bissau como uma nação e um Estado soberano de democracia. Sendo assim, a raiz histórica da Guiné se vincula ao partido PAIGC e todas figuras fazem parte do partido.

Ressaltando que, a tabela apresenta também análise sobre a representatividade feminina na política da Guiné-Bissau, destacando a presença de mulheres que

desempenham papéis importantes como deputadas e ministras. Um ponto central mencionado é o vínculo familiar dessas mulheres com outras figuras políticas, sugerindo que a política na Guiné-Bissau é, em parte, um assunto de família. Isso pode indicar a existência de redes familiares que facilitam a entrada e a permanência na política, um fenômeno comum em muitas democracias, onde o capital social e as conexões pessoais desempenham um papel significativo.

## **Conclusão**

As relações de parentesco são fatos notórios no processo da emancipação da Guiné-Bissau contra o domínio da colonização portuguesa, evidenciado pela participação das crianças na luta de libertação nacional com incentivos dos pais, das mulheres que seguiam os seus maridos nesse processo. Posteriormente, essas relações se fortaleceram com a implementação da democracia no país, manifestando-se atualmente nos espaços institucionais através da (partidos, políticos, legislativos e presidências). Para consolidação desse poder, as alianças são mantidas por vias matrimoniais e renovadas por herdeiros que vão se estabelecendo na classe dominante tradicional, classe que nasceu no período da colonização e hoje predomina através de filhos e filhas, esposas, primos primas tios e tias dos antigos combatentes.

Conclui-se que os relatos das trajetórias individuais das interlocutoras políticas guineenses foram igualmente essenciais para compreensão da construção da vida política de cada mulher entrevistada. Suas trajetórias de vida são mais que construções individuais e familiares, são também projeto político e educacional de uma nação. O capital cultural, econômico e político da família influencia nas trajetórias individuais e nacionalistas. Perante os dados elencados pelos relatos/entrevistas e sistematizados na tabela acima, reafirmamos a nossa hipótese de que a relação de parentesco importa para manutenção de poder política nos variados espaços institucionais de Guiné-Bissau, assim como também são elementos relevantes para a entrada das mulheres no campo político.

## **Referências**

BOURDIEU Pierre. **O campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, jan./jun., p. 193-216, 2011. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, jan./jun., p. 193-216, 2011.

CANÊDO, Letícia Bicalho. (2011). **Um capital político multiplicado no trabalho genealógico**. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, pp. 55-75.

CANDÊ-MONTEIRO, A. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional**: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CARDOSO, Carlos. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. 1.ed- Lisboa – Portugal Centro de Estudos africanos (CEA) – 2002.

DOMINGUES, M. M. A Borges. **Estratégias femininas entre as bideiras de Bissau**. 529 f. Tese (Doutorado) - Antropologia Cultural e Social, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

GOMES, G. Patrícia **Às outras vozes**: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. Odeere: Revista do Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 1, número 1, janeiro/ junho de 2016.

GOMES, G. Patrícia. **O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau**: uma abordagem preliminar. *Outros Tempos*, vol. 12, n.19, 2015 p. 168-189.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **As mulheres na ALEP**: uma abordagem prosopográfica. In: OLIVEIRA (org.). Ricardo C. de. *Nepotismo, Parentesco e Mulheres*. 2. ed. Curitiba: Uri et Ori, 2016.

LOPES, Carlos. **Amílcar Cabral**: uma vida inspiradora. In: LOPES, Carlos (Org.). **Desafios contemporâneos da África**: o legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Unesp, 2012.

MARX, Karl, 1818-1883. **Manifesto do Partido Comunista**: Karl Marx, Friedrich Engels. 1 ed. São Paulo: Expresso Popular, 2008.

OLIVEIRA, R. C. de (Org.). **Estado, Classe Dominante e Parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015. p. 247-300.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na teia do nepotismo**: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PEREIRA, Aristides. **Uma luta, um partido, dois países**: Guiné-Bissau-Cabo Verde. Lisboa: Notícias, 2003.

STONE, Lawrence. **Prosopografia**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v.19, n. 39, p.115-137, jun 2011.